



Índice

- 01 Índios ocupam por mais de uma hora sede da CNA em Brasília
- 02 Índios marcham da Esplanada à Asa Norte e exigem presença de senadora
- 03 Índios invadem fazenda de filho de Pedrossian em Miranda
- 04 Indígenas fazem 'enterro' simbólico de ministros e ruralistas em frente ao Congresso
- 05 Indígenas entregam reivindicações a parlamentares em Brasília
- 06 Índios protestam contra maior ofensiva em 25 anos
- 07 Em manifesto, líderes indígenas dizem que Dilma "ataca direitos fundamentais"
- 08 Deputados da base governista se reúnem com índios hoje para negociar demarcação de terras
- 09 Índios continuam fazendo atos de protesto em todo o Brasil
- 10 50% das mortes de crianças indígenas em MS são evitáveis, diz Condisi
- 11 Por saúde indígena, CPI ouve presidente e coordenador
- 12 Reserva do Inhacorá deverá abrigar Instituto de Formação Indígena



Boletim de Notícias - Edição nº 180/ 2013

Brasília, 04 de outubro de 2013.

Índios ocupam por mais de uma hora sede da CNA em Brasília

SÍTIO PORTAL EBC, 03.10.2013

Brasília – Os índios que ocuparam parte do prédio da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), no Setor de Áreas Norte, na capital federal, já deixaram o local. O ato é parte da Mobilização Nacional em Defesa da Constituição Federal, convocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), com o apoio de diversos movimentos sociais, visando a defender a Constituição, os direitos de povos indígenas e tradicionais e o meio ambiente.

Os indígenas chegaram à sede da CNA por volta das 16h30, onde permaneceram por mais de uma hora. Parte deles ficou no saguão e um grupo subiu até um dos andares. Os índios, no entanto, deixaram o local sem ser recebidos por qualquer diretor da entidade. A Polícia Militar esteve no local, mas apenas acompanhou o ato de protesto.

Índios marcham da Esplanada à Asa Norte e exigem presença de senadora
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 03.10.2013

Durante a manhã, um grupo de índios fez um enterro simbólico em frente ao gramado do Congresso



Cerca de 300 índios saíram do acampamento montado na Esplanada dos Ministérios e marcharam até a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), na Asa Norte, na tarde desta quinta-feira (3/10).

Os manifestantes que ocuparam o prédio exigem a presença da presidente da Confederação, a senadora Kátia Abreu (PSD-TO). Parte dos índios ficou na entrada cantando e dançando em roda. Não há policiamento no local.

Durante a manhã, um grupo de índios fez um enterro simbólico da ministra Gleisi Hoffmann, chefe da Casa Civil da Presidência da República, da senadora Kátia Abreu (PSD-TO), do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) e do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams no gramado em frente ao Congresso Nacional.

Nessa quarta-feira (2/10) os índios participaram de reunião com o presidente em exercício da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT-PR), e diversos deputados para apresentarem as principais reivindicações ao Parlamento - entre elas uma carta pedindo a imediata paralisação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere do Executivo para o Congresso a prerrogativa de demarcação de terras indígenas.



Índios invadem fazenda de filho de Pedrossian em Miranda

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 03.10.2013

Índios invadiram na noite desta quinta-feira (3), a fazenda São Pedro do Paratudal, localizada na região do Carrapatinho na cidade de Miranda (203 km de Campo Grande), de propriedade de Pedro Paulo Pedrossian, 53, filho do ex governador do Estado, Pedro Pedrossian.

De acordo com o registro policial, indígenas da aldeia Cachoeirinha, invadiram a propriedade dando tiros ao alto.

Ninguém estava na sede no momento. Consta no boletim de ocorrência, que Pedro Paulo Pedrossian possui uma decisão dada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que garante a posse das terras.

Pedrossian já teve áreas invadidas, pelos índios em abril de 2011. Os indígenas brigam por aproximadamente 36 mil hectares na região de Miranda. Em 2003, a Funai iniciou o processo de demarcação, mas a inspeção parou por força de ações judiciais.



Indígenas fazem 'enterro' simbólico de ministros e ruralistas em frente ao Congresso
SÍTIO VERDES MARES, 03.10.2013

Cerca de 1.500 índios protestão na Esplanada dos Ministérios

No segundo dia de protestos na Esplanada dos Ministérios, cerca de 1.500 índios promoveram, nesta quinta-feira (3), o enterro simbólico de dois ministros e congressistas da bancada ruralista. No gramado em frente ao Congresso, os índios fizeram uma cova e cravaram cruzeiros de madeiras com fotos da ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil), do ministro Luís Inácio Adams (Advocacia-Geral da União), além da senadora Kátia Abreu (PSD-TO) e do líder do DEM na Câmara, Ronaldo Caiado (GO), que são integrantes da bancada ruralista.

O ato foi para protestar e pedir o arquivamento de projetos que os índios consideram prejudiciais a eles, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que repassa do Executivo para o Legislativo a demarcação de terras indígenas.

O "enterro" foi acompanhado por diversos índios que cantavam e dançavam. A Polícia Militar e seguranças do Congresso acompanharam a manifestação. Sete deputados, entre eles Chico Alencar (PSOL-RJ), Janete Capiberibe (PSB-AP), Lincoln Portela (PR-MG), também estiveram presentes e receberam um documento com reivindicações dos indígenas de várias etnias.



Indígenas entregam reivindicações a parlamentares em Brasília

SÍTIO RBA, 03.10.2013

Grupo quer arquivamento de proposta que transfere para o Congresso a palavra final sobre demarcação de terras

São Paulo – Grupos indígenas acampados em Brasília entregaram hoje (3) uma carta de reivindicações a parlamentares pedindo o arquivamento da proposta de emenda à Constituição que submete ao Congresso as demarcações de terras indígenas (PEC 215/00).

Entre os parlamentares que foram ao encontro dos índios estão os deputados Lincoln Portela (PR-MG), Chico Alencar (Psol-RJ), Janete Capiberibe (PSB-AP), Benedita da Silva (PT-RJ) e Erika Kokay (PT-DF).

Antes, os índios exibiram um caixão com o nome da ministra-chefe da Casa Civil, Gleise Hoffmann, e do advogado-geral da União (AGU), Luís Inácio Adams, que simboliza a portaria do governo federal que estabelece as condicionantes da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol.

Os índios estão no gramado da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, desde terça-feira. Essa semana deveria ter sido instalada a comissão especial que analisaria a PEC 215, mas diante do protesto, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), suspendeu a instalação.

Ontem, após encontro com lideranças indígenas, o vice-presidente Câmara, deputado André Vargas (PT-PR), já havia prometido que vai trabalhar pelo arquivamento da PEC. "Todos aqui somos aliados e vamos tentar impedir que essa proposta chegue ao Plenário", afirmou Vargas.

No Senado, a reunião de hoje da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária foi aberta com cobranças ao Supremo Tribunal Federal (STF). Parlamentares ligados ao agronegócio querem uma definição da Corte sobre os recursos relativos à demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. A decisão balizará futuras demarcações.

Para Waldemir Moka (PMDB-MS), os produtores rurais estão acuados com a falta de decisão. Ele entende que deve valer para todo o país o argumento do STF para manter a reserva e determinar a saída de produtores de arroz da área, ou seja, de que em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, aquelas terras eram ocupadas por indígenas, sendo posterior a chegada dos arrozeiros. "O marco temporal tem que valer para outras áreas em conflito. Em 1988, onde não tinha índio, as terras são dos agricultores que lá viviam. E quando ficar constatada a necessidade de ampliação de área indígena, deve-se colocar recurso no Orçamento da União para fazer essa ampliação, desde que o produtor queira", opinou.

Com informações da Agência Câmara e da Agência Senado.

Índios protestam contra maior ofensiva em 25 anos

SÍTIO REPÓRTER BRASIL, 03.10.2013

Manifestações nacionais, que ocorrem até o dia 5, pretendem chamar a atenção para os recentes ataques aos direitos indígenas por parte do Congresso e do governo federal



No próximo dia 5 de outubro a promulgação da Constituição Federal de 1988, chamada por muitos de “cidadã”, completa 25 anos. O texto, elaborado com o objetivo de passar uma borracha no período da ditadura civil-militar que se encerrava, é considerado avançado e garantidor de direitos, embora muitas vezes suas determinações não sejam respeitadas ou aplicadas.

A ameaça recente a um de seus artigos, porém, vai além do mero não cumprimento. A intenção é destruí-lo. Quem faz o alerta são os indígenas reunidos em torno da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que nesta semana realizam uma série de manifestações em protesto contra o que chamam de “ataque generalizado aos direitos territoriais dessas populações que parte do governo, da bancada ruralista no Congresso e do lobby de grandes empresas de mineração e energia” e em defesa da Constituição. O artigo em questão é o 231, que assegura o direito “imprescritível” dos povos indígenas sobre suas terras.

“Os direitos constitucionais dos povos indígenas, dos quilombolas e de outras populações tradicionais, assim como os seus territórios, encontram-se sob forte ataque por parte de interesses econômicos poderosos, que defendem o seu direito à propriedade mas não respeitam os nossos direitos coletivos à nossa terra sagrada, e ainda querem tomar para si as terras públicas e os seus recursos naturais”, diz a Carta de Mobilização da articulação.

CONT



A Apib é composta pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime), Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpinsul), Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (Arpinsudeste), Conselho dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul e Grande Assembleia do Povo Guarani (Aty Guasu). Essas organizações, por sua vez, reúnem centenas associações e comunidades indígenas.

Na Carta de Mobilização, a Apib denuncia uma "ofensiva legislativa sendo promovida pela bancada ruralista", que "afronta, inclusive, acordos internacionais assinados pelo Brasil, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas". Os indígenas citam, como exemplos dessa ofensiva, as PECs 215/00, 237/13 e 038/99, o PL 1610/96, e o PLP 227/12.

Segundo eles, no entanto, "o próprio governo federal tem mantido uma conduta omissa, em relação aos direitos dos povos, e conivente com os interesses dos ruralistas e do latifúndio, nossos inimigos históricos, que durante o ano passado aprovaram um novo Código Florestal adequado aos próprios interesses e este ano pretendem aniquilar direitos indígenas ao território". Tal postura se materializaria em medidas como a Portaria Interministerial 419/2011, a Portaria 303/2012 da Advocacia-Geral da União, e o Decreto 7957/2013.

Exploração por terceiros

De maneira geral, avaliam os indígenas e seus apoiadores, a maioria dessas propostas e medidas busca evitar o processo de reconhecimento e demarcação de terras de povos originários ou abri-las para a exploração por terceiros. "Os povos indígenas sofrem o maior ataque desde a promulgação da Constituição, há 25 anos. A bancada ruralista quer de todas as formas limar os direitos garantidos, visando explorar os territórios indígenas e atender o interesse do agronegócio, atender mesmo o capitalismo. Tudo isso, claro, é o Congresso alinhado ao Poder Executivo. O Executivo está comungando com isso", alerta Sônia Guajajara, coordenadora executiva da Apib. Para Cleber Buzatto, secretário executivo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), "esse ataque violento aos dispositivos que sustentam os direitos indígenas mostra a existência de uma configuração de forças políticas e interesses econômicos extremamente articulados, que fazem uso de um número amplo de instrumentos para atingir seu objetivo".

De acordo com o artigo 231 da Constituição Federal, "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". O parágrafo segundo desse artigo garante que aos índios lhes cabe "o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes". Já o parágrafo sexto diz: "As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis".

Não é esse, no entanto, o entendimento de grandes empresas do agronegócio, de mineração e energia, parlamentares ligados a esses setores e governo federal. "No Brasil, pretende-se quintuplicar a produção mineral e expandir o agronegócio. 98% das terras indígenas estão na

CONT



Amazônia, onde se concentram os minérios e as terras ainda não ocupadas pela agropecuária”, lembra a deputada federal Janete Capiberibe (PSB/AP), integrante da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas. Segundo ela, dada a grande quantidade de ruralistas no Congresso Nacional, “se numericamente não houver uma pressão muito grande dos povos indígenas, esse trator vai passar por cima de seus direitos”.

PEC 215

De autoria do deputado federal Almir Sá (PPB/RR), a Proposta de Emenda à Constituição 215, do ano 2000, propõe transferir do Executivo para o Congresso Nacional a prerrogativa exclusiva de aprovar demarcações de terras indígenas e ratificar as demarcações já homologadas. Lideranças indígenas e apoiadores denunciam que, numa instância dominada por ruralistas, essa seria uma estratégia para travar de vez as demarcações. “O Poder Legislativo sofre forte influência do agronegócio, então, há outros interesses influenciando na tramitação dessa PEC. Se for aprovada, o processo de demarcação vai ficar nas mãos do agronegócio. Os ruralistas querem assegurar direitos dos grandes detentores de propriedade, em detrimento dos direitos da população indígena”, afirma a senadora Ana Rita (PT/ES), que na última terça-feira (1) organizou, por meio da Comissão de Direitos Humanos do Senado, a qual preside, um debate a respeito da Constituição e direitos indígenas.

Em 16 de abril deste ano, centenas de indígenas ocuparam o plenário da Câmara dos Deputados para impedir que os partidos indicassem nomes à comissão especial que analisaria a proposta. Diante da pressão, o presidente da casa, o deputado Henrique Alves (PMDB/RN), convenceu os líderes partidários a suspenderem as indicações temporariamente. No entanto, em 18 de setembro estava prevista a instalação dessa comissão, que dos 21 titulares já tinha 16 indicados – 14 destes integrantes da bancada ruralista. No mesmo dia, porém, Henrique Alves suspendeu a reunião que a trataria – a pedido dos parlamentares do PT, que queriam mais tempo para discutir a PEC. O PT é contrário à proposta e, por isso, ainda não indicou seus três nomes a que tem direito na comissão especial.

Os opositores da PEC 215 argumentam que ela é inconstitucional, em primeiro lugar, por pretender transferir ao Legislativo uma prerrogativa do Executivo, o que violaria o princípio da separação de poderes. “Não cabe ao Legislativo o papel de executor, e sim o de criar legislações e fiscalizar se estas se cumprem. O papel de demarcar terras é do Executivo, em particular da Funai [Fundação Nacional do Índio], que foi criada para isso”, diz a senadora Ana Rita. Já a deputada Janete Capiberibe, citando o jurista Dalmo Dallari, que participou de uma das reuniões do grupo de trabalho sobre demarcações criado após a ocupação da Câmara em abril, destaca que a proposta violaria também o artigo 231 da Constituição.

No começo de agosto deste ano, integrantes da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas protocolaram no Supremo Tribunal Federal um mandado de segurança para que o órgão impedisse a criação da comissão especial que analisaria a PEC 215 e sua posterior tramitação, discussão e votação. Em setembro, o ministro Luís Roberto Barroso rejeitou a solicitação por considerar que o debate sobre o assunto não seria suspenso, embora tenha afirmado em sua decisão que a proposta poderia de fato fragilizar a proteção constitucional aos direitos indígenas. “Uma vez finalizada a tramitação, entraremos de novo com o pedido de

CONT



impugnação da matéria já votada e aprovada na Câmara e no Senado, para que o STF nos conceda liminar suspendendo os efeitos da lei. Porque é inconstitucional”, revela a deputada do Amapá.

PLP 227

Outro motivo de preocupação dos indígenas é o Projeto de Lei Complementar (PLP) 227, de autoria do deputado Homero Pereira (PSD/MT), que, de acordo com seus críticos, permite atividades de terceiros em terras indígenas. A proposta pretende regulamentar o parágrafo sexto do artigo 231 da Constituição, que veta o uso desses territórios por não índios “ressalvado relevante interesse público da União”. O problema, no entanto, é que o PLP, em seu artigo primeiro, expande esse conceito: “São considerados bens de relevante interesse público da União (...) as terras de fronteira, as vias federais de comunicação, as áreas antropizadas produtivas que atendam a função social da terra (...)”. Por “áreas antropizadas produtivas” entende-se atividades realizadas por não índios.

“Em termos de conteúdo, o PLP 227 se equipara ou é pior que a PEC 215. Porque o 227 acaba abrindo as terras indígenas a todos os setores que têm interesse nelas, como o agronegócio, a mineração e as empreiteiras. Esses setores tentam emplacar uma versão de que aquilo que é interesse deles seja considerado pelo Estado como relevante interesse público da União”, argumenta Cleber Buzatto, do Cimi. Um PLP semelhante, ainda sem número, foi apresentado recentemente pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) à Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição Federal.

Executivo

De parte do Poder Executivo, as ameaças vêm, segundo as lideranças indígenas, da Portaria Interministerial 419/2011 – que agiliza os procedimentos administrativos para a construção de empreendimentos que afetam terras indígenas, como hidrelétricas –, da Portaria 303/2012 da Advocacia-Geral da União – que permitiria, por exemplo, intervenções militares e empreendimentos hidrelétricos, minerais e viários em terras indígenas sem consulta prévia aos povos, além da revisão dos territórios já demarcados e homologados – e do Decreto 7957/2013 – braço das Forças Armadas criado, segundo os críticos, para a repressão de manifestações de populações contrárias aos grandes empreendimentos.

“O governo federal busca, de todas as formas, medidas para regulamentar a exploração dos recursos naturais dentro das terras indígenas. O plano de governo é baseado na agenda desenvolvimentista sem considerar a questão social. Tudo está valendo para que se possa executar empreendimentos que façam o Brasil se tornar uma potência econômica mundial”, critica Sônia Guajajara, da Apib. “A gente não é contra que o Brasil cresça, mas desde que não afete os direitos das minorias.”

O deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS), presidente em exercício da Frente Parlamentar da Agropecuária – a bancada ruralista –, e o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência da República, não responderam às solicitações de entrevista até a publicação desta matéria.

CONT



O que diz o artigo 231 da Constituição Federal

“Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

CONT.

§ 1º – São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º – As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º – O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º – As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º – É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, “ad referendum” do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º – São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7º – Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.”



Em manifesto, líderes indígenas dizem que Dilma "ataca direitos fundamentais"
SÍTIO BOL, 03.10.2013

Brasília, 3 out (EFE).- Os líderes indígenas, que protestam desde a última terça-feira em Brasília, denunciaram através de um manifesto nesta quinta-feira que o governo da presidente Dilma Rousseff "orquestrou" um ataque aos seus "direitos originais e fundamentais".

No documento, entregue a oito deputados, os indígenas também reivindicam a paralisação de uma série de reformas constitucionais que propõem mudar a legislação sobre a delimitação de terras indígenas.

Os signatários do documento denunciam que a reforma colocada responde aos interesses dos grandes latifundiários, mineradores e madeireiros que operam na Amazônia.

A demarcação das terras indígenas agora depende da Fundação Nacional do Índio (Funai) e, segundo o projeto, dita competência passaria ao Parlamento, onde há uma grande influência dos deputados que defendem os interesses dos grandes latifundiários, caso da bancada ruralista.

Além disso, os índios denunciam que o governo de Dilma paralisou a demarcação de novas terras indígenas e a criação de reservas, o que, segundo eles, representa uma "ofensiva" para impedir que surjam novos projetos deste tipo.

Nesta quinta-feira, os índios concentrados em Brasília - cerca de 1,5 mil, segundo autoridades - realizaram um "enterro" simbólico de dois ministros e dois deputados considerados como os mais próximos dos grandes latifundiários, ou seja, "inimigos da causa indígena".

No enterro, os índios também cravaram quatro cruzes com as fotos dos ministros e deputados em frente ao Congresso, onde ocorreu o suposto ritual funerário.



Deputados da base governista se reúnem com índios hoje para negociar demarcação de terras

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 03.10.2013

Contrários à PEC que submete as demarcações do Executivo ao Congresso, índios foram recebidos nesta quarta pelo presidente em exercício da Câmara, que pretende trabalhar pelo arquivamento da proposta.

Depois de mais de duas horas reunido com lideranças indígenas que participam, em Brasília, de um movimento nacional contra proposições em andamento no Congresso, o presidente em exercício da Câmara, Andre Vargas (PT-PR), disse que nesta quinta-feira, às 11 horas, um grupo de deputados irá ao encontro dos índios que estão acampados no gramado em frente ao Congresso Nacional. Na ocasião, os parlamentares receberão a lista de prioridades de todas as etnias.

Uma das principais reivindicações das populações indígenas do País é o arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que submete ao Congresso as demarcações de terras indígenas. Os índios exigem a manutenção do modelo atual, em que as demarcações são homologadas pelo governo federal. Diante dos protestos, a instalação da comissão especial criada para analisar a proposta acabou sendo suspensa pelo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, na terça-feira (1º).

O presidente em exercício da Câmara afirmou que o caminho para encontrar uma solução é o diálogo entre todos os poderes, mas avaliou que a análise da PEC 215/00 está inviabilizada. Ele declarou que vai trabalhar pelo arquivamento da proposta. "Todos aqui somos aliados e vamos tentar impedir que essa proposta chegue ao Plenário", disse Vargas.

O deputado ressaltou também que é preciso levar em conta os argumentos apresentados nesta quarta-feira pelos caciques. "É uma posição muito forte, emocionante, e nós temos a obrigação de dar respaldo a ela aqui na Casa."

Protestos

Durante a reunião com Vargas e diversos deputados, o cacique Raoni, que ganhou notoriedade na década de 1980 por sua luta pela preservação da Amazônia e sua amizade com o cantor inglês Sting, defendeu que a Fundação Nacional do Índio (Funai) não se omita e continue responsável pelas demarcações de terras. Com a ajuda de um intérprete, ele destacou também que os primeiros habitantes do Brasil foram os índios e agora querem interferir na demarcação de suas terras. Ao final do encontro, Raoni entregou a Vargas um documento com as reivindicações dos povos caiapós.

A índia Tuira, símbolo de resistência dos caiapós contra as obras da usina hidrelétrica de Belo
CONT.



Monte, no Pará, criticou a classe política e pediu respeito aos povos tradicionais. "Na hora que precisam de votos, os políticos nos procuram. Agora, estão criando uma lei contra a gente. Eu não preciso do voto de ninguém", disse.

No início da tarde, um grupo de índios tentou entrar no Anexo 1 da Câmara, mas foi impedido pela Polícia Militar e pela Polícia Legislativa. No incidente, em que uma porta de vidro ficou quebrada, um vigilante e um índio foram feridos. O vigilante foi atendido no departamento médico da Casa e o índio, encaminhado ao Hospital Universitário de Brasília (HUB) e depois liberado.

Vagas na Câmara

Parlamentares simpatizantes da causa indígena manifestaram apoio ao arquivamento da PEC 215 e entregaram a André Vargas uma outra proposta de emenda à Constituição (320/13) que cria quatro vagas específicas para os índios na Câmara, além das 513 atuais da Casa.

Segundo o deputado Padre Ton (PT-RO), autor da PEC juntamente com Nilmário Miranda (PT-MG), não se trata de cotas, mas, sim, de uma forma de garantir a representatividade dos povos indígenas, cuja população, segundo o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 817 mil brasileiros. A medida não se estenderá ao Senado e às câmaras municipais.

No entanto, nem todos os parlamentares apoiam o movimento pelo arquivamento da PEC 215. O deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) quer explicações do governo sobre quem teria financiado a vinda para Brasília de índios de todos os estados.

"Alguém está incitando esse pessoal a vir, achando que é na briga, na guerra que se vai resolver. Não. Tem que ser no diálogo, e essa Casa tem a prerrogativa para fazer a legislação e buscar uma política indígena suficiente para que ambas as partes possam ser beneficiadas e para que acabe o conflito no Brasil", afirmou Colatto.

Índios continuam fazendo atos de protesto em todo o Brasil

SÍTIO ADITAL, 03.10.2013



Semana Nacional de Mobilização Indígena continua em vários Estados do Brasil, com foco principal em Brasília, Distrito Federal. Hoje teve enterro simbólico, sessão na Câmara dos Deputados para apresentar a pauta de reivindicações ao Legislativo e muita manifestação na Esplanada dos Ministérios. Ontem, cerca de 400 mil pessoas fecharam a Avenida Paulista, em São Paulo, a capital econômica do país. Mobilização Nacional Indígena reúne representantes de etnias de todo o país para chamar a atenção da sociedade sobre as violações

de direitos das comunidades. A jornada organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) terminará no marco da celebração dos 25 anos da Constituição Federal, no próximo dia 5 de outubro, sábado.

Chamou hoje a atenção o enterro simbólico da ministra Gleisi Hoffmann, chefe da Casa Civil da Presidência da República, da senadora Kátia Abreu (PSD-TO), do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) e do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, por um grupo de índios, hoje (3), no gramado em frente ao Congresso Nacional. Na ocasião, os índios entregaram a um grupo de parlamentares uma carta pedindo a imediata paralisação de várias propostas em tramitação no Congresso, entre elas a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere do Executivo para o Congresso a prerrogativa de demarcação de terras indígenas.

"Nós, caciques e lideranças indígenas de todo o Brasil, mobilizados em Brasília e simultaneamente em vários estados, repudiamos de público os ataques orquestrados pelo governo da presidenta Dilma Rousseff e parlamentares, majoritariamente ruralistas do Congresso Nacional, contra os nossos direitos originários e fundamentais, principalmente os direitos sagrados à terra, territórios e bens naturais garantidos pela Constituição Federal de 1988", diz trecho da carta, assinada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Apesar de pacífica, a manifestação foi acompanhada por dezenas de policiais militares, que fizeram um cordão de isolamento próximo ao espelho d'água em frente ao Congresso para impedir a passagem dos índios.

Ontem (2), representantes de 31 etnias indígenas reuniram-se com o presidente em exercício da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT-PR), e diversos deputados para apresentarem suas principais reivindicações ao Parlamento. Durante o encontro, que foi promovido pela Comissão de Legislação Participativa, os índios reclamaram das propostas em tramitação no Congresso, por considerá-las prejudiciais aos povos indígenas. O cacique Raoni, símbolo da luta indígena na Constituição de 1988, chamou a atenção dos parlamentares, que o trataram

CONT.



com intimidade.

À noite, ativistas projetaram imagens com as fotos dos deputados do site A República dos Ruralistas, lançado na segunda-feira (30/9), o site (<http://www.republicadosruralistas.com.br/>) mostra fotos, infográficos e dados sobre a atuação

parlamentar, o patrimônio fundiário e financeiro e ocorrências judiciais de 13 das principais lideranças ruralistas na Câmara dos Deputados. As projeções também estamparam o prédio da sede do Ministério de Minas e Energia.

Em São Paulo, 400 índios de das aldeias guarani do Vale do Ribeira, de Parelheiros e do Jaraguá, de Bertioga, no litoral paulista, e 200 quilombolas de comunidades do Vale do Ribeira e do interior do estado. O cacique Megaron Txucarramãe, kaiapó, que se encontra em São Paulo, também participou da manifestação organizada pela Comissão Guarani Yvyrupa. A eles se juntaram outros manifestantes que saíram em caminhada, paralisando o trânsito em uma das avenidas mais movimentadas da capital e foram acompanhados de perto por policiais militares e pela tropa de choque.

Um dos momentos marcantes da caminhada foi quando os manifestantes se detiveram em frente à estátua do bandeirante paulista Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como Anhangüera, na calçada do Parque Trianon, na Av. Paulista. Enquanto alguns manifestantes cobriam a estátua com uma bandeira com grafismos indígenas, e colocaram um cocar indígena, um coro entoava uma palavra de ordem: "Assassino, assassino". Os guarani consideram que os bandeirantes são assassinos de seus antepassados.



50% das mortes de crianças indígenas em MS são evitáveis, diz Condisi
SÍTIO REGIÃO NEWS, 03.10.2013

Fernando Souza informou que a situação nos postos de saúde nas aldeias indígenas de Mato Grosso do Sul é "precária", com as unidades em péssimo estado de conservação.

O presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena do Estado (Condisi), Fernando Souza, afirmou há pouco, antes de participar da audiência da CPI da Saúde da Assembleia Legislativa, que "50% dos óbitos de crianças indígenas de 1 a 5 anos são de causas evitáveis" se houvesse estrutura de atendimento de saúde adequada. "A quantidade é muito alta. Se tivesse esse atendimento essas crianças não morreriam", garantiu.

Fernando Souza informou que a situação nos postos de saúde nas aldeias indígenas de Mato Grosso do Sul é "precária", com as unidades em péssimo estado de conservação. "Há falta de equipamentos odonto-médico-hospitalares, além de veículos e profissionais", revelou.

Segundo ele, há muitas mortes de indígenas ocorrendo no Estado por causa dessa precariedade. Souza considerou importante a CPI tratar também da saúde indígena, já que parte dos recursos do SUS (Sistema Único de Saúde) é destinada ao atendimento dos índios.



Por saúde indígena, CPI ouve presidente e coordenador

SÍTIO JLNEWS, 03.10.2013



Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população indígena do país, no entanto, a maioria destes índios sofre com a falta de saúde pública, sem contar com serviços essenciais para uma vida digna, saneamento básico, água encanada, moradia e diversos outros problemas, em outras palavras, os indígenas do estado foram abandonados.

Para tentar mudar esse cenário, deputados estaduais que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde da

Assembleia Legislativa ouvem nesta tarde (03), em sessão marcada para as 14 horas, o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, Fernando de Souza Terena, e o Coordenador da Secretaria Especial de Saúde Indígena Nelson Carmelo.

Os dois deverão prestar informações a respeito da saúde indígena no estado, se por um lado os recursos destinados a saúde dos povos indígenas aumentou, por outro as ações e melhorias diminuíram. "A CPI não poderia deixar de apurar como é a qualidade do atendimento oferecido aos índios do nosso Estado", comentou o deputado estadual Amarildo Cruz (PT), presidente da CPI da Saúde, que também garantiu um capítulo no relatório final da CPI dedicado exclusivamente para a saúde indígena.



Reserva do Inhacorá deverá abrigar Instituto de Formação Indígena
SÍTIO ZULUPA, 03.10.2013

Foi realizada uma reunião na Reserva do Inhacorá, em São Valério do Sul, na segunda-feira (30/09), com os deputados Jeferson Fernandes e Elvino Bohn Gass, ambos do PT, representantes da Secretaria de Educação (SEDUC) do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), junto com a comunidade indígena.

O objetivo do encontro foi buscar uma integração entre a SEDUC e Universidade em relação aos cursos que poderão ser oferecidos para a população indígena.

Por iniciativa do deputado Jeferson Fernandes (PT) e do vice-reitor da UFFS, Antonio Andrioli, o espaço foi visitado em julho deste ano, e a partir daí, surgiu o interesse da Universidade em auxiliar na formação da comunidade, aproveitando a estrutura que o estado já possui e transformá-la em um Instituto de Formação Indígena. O prédio físico foi construído durante o Governo Olívio Dutra, e atualmente, a Secretaria de Educação realizou a aquisição de mobiliário para o local.

O deputado Jeferson ressaltou sobre a importância de um Instituto de Formação Indígena para a comunidade. "A nossa visita à reserva, com a presença do reitor da UFFS, Jaime Giolo, reforça a hipótese de se ter um curso superior voltado a comunidade indígena. Para o próximo ano, já está programado um curso regular de ensino médio", afirmou o parlamentar.

Propostas

Na reunião, foi formada uma comissão que vai construir uma proposta com base em análises sobre as necessidades e possibilidades de formação para a população indígena. A comissão será composta por representantes da 21ª CRE de Três Passos, da UFFS e das comunidades indígenas do Inhacorá e do Guarita. Os mandatos dos deputados Jeferson e Bohn Gass também acompanharão os trabalhos da comissão.

Para o próximo ano, a SEDUC programou o início de curso de ensino médio para a comunidade, na escola dentro da reserva. Esta vai acolher estudantes indígenas de todo o RS. Para isso, é necessário a aprovação pelo Conselho Estadual de Educação (CED).

A UFFS está propondo participar da formação dos jovens indígenas. É possível que viabilize, inclusive, cursos superiores dentro da reserva, voltados à formação de professores e da área tecnológica como a agricultura, por exemplo. A Universidade espera dialogar com a comunidade indígena para ver quais são as expectativas e as demandas, analisando suas viabilidades. Inicialmente, a instituição de ensino vai dispor de trabalhos de extensão universitária.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 180/ 2013

Brasília, 04 de outubro de 2013.

Presenças

Participaram do encontro o coordenador da 21ª CRE, Artur Hugo Hepp; o reitor da UFFS, Jaime Giolo; responsável pela educação indígena da SEDUC, Rodrigo Venzon; o cacique da reserva do Inhacorá, Adilson Policena e o cacique da reserva do Guarita, Valdonês Joaquim, entre outros.

